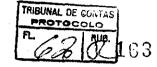


AV. BIO BRANCO, 261



LEI Nº 1.617 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1994

ESTABELECE O PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚ = BLICO DO MUNICÍPIO, INSTITUI O RESPECTIVO QUADRO DE CARGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO CARLOS MESQUITA PEREIRA, Prefeito Municipal de Encruzilhada do Sul,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1º Esta Lei estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município, cria o respectivo Quadro de Cargos, dispõe sobre o regime de trabalho e plano de pagamento dos membros do magistério.
- Art. 2º Para efeitos desta Lei, entende-se por:
 - I SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO: abrange o ensino oficial do Município que é gratuíto em todos os graus e atua prioritariamente no Ensino Fundamental , Pré-Escolar e estabelece normas de funcionamento para as Escolas Públicas Municipais.
 - II REDE MUNICIPAL DE ENSINO: o conjunto de Estabeleci mentos Escolares e Órgãos Educacionais, integran tes do Sistema Municipal de Ensino que tem como ' mantenedora o Governo Municipal e Administração da Secretaria Municipal de Educação.
 - III PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL: o conjunto de professores e especialistas que, ocupando em pregos nas unidades escolares e demais órgãos da Rede Municipal de Ensino, desempenham atividades docentes ou especializadas, com vistas a atingir os objetivos da educação.

AV. RIO BRANCO, 261

164

- IV ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO: é o membro do Magisté rio Público Municipal que atua nas atividades de Administração, Planejamento, Orientação e Supervisão na Rede Municipal de Ensino, mediante habilita ção específica adquirida nos Cursos de Pedagogia -Orientação e Supervisão.
 - V PROFESSOR: o membro do Magistério Público Munici pal que exerce atividades docentes oportunizando a formação do aluno.
- VI ATIVIDADES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL: são aquelas exercidas pelos professores e especialistas de educação no desempenho de todas as tarefas rela tivas à educação.

TÍTULO II

DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS

- Art. 3º A Carreira do Magistério tem como princípios básicos:
 - I Habilitação Profissional: condição essencial que habilite ao exercício do magistério através da com provação de titulação específica;
 - II Eficiência: habilidade técnica e relações humanas que evidenciem tendência pedagógica, adequação metodológica e capacidade de empatia para o exercí cio das atribuições do cargo;
 - III Valorização Profissional: condições de trabalho compatíveis com a dignidade da profissão e remuneração condigna com a qualificação exigida para o exercício da atividades;



AV. RIO BRANCO, 261



IV - Progressão na Carreira, mediante promoções basea - das no tempo de serviço.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DA CARREIRA

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 4º A carreira do Magistério Público Municipal é constituída de Cargos em provimento efetivo, e estruturada em 06 (seis) classes dispostas gradualmente, com acesso sucessivo de Classe a Classe, cada uma compreendendo, no máximo, 06(seis) níveis de habilitação, estabelecidos de acordo com a formação do Pessoal do Magistério.
- Art. 5º Para efeitos desta Lei, Cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao membro do Magistério, mantidas as características de criação por Lei, denominação própria, número certo e retribuição pecuniária padronizada.

SEÇÃO II

DAS CLASSES

- Art. 6º As classes constituem a linha de promoção dos professores.
- § Único As classes são designadas pelas letras A,B,C,D,E e F, sendo esta última a de final de carreira.
- Art. 7º Todo cargo se situa, inicialmente, na Classe "A".

SEÇÃO III

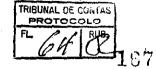
DA PROMOÇÃO

AV. RIO BRANCO, 261

106

- Art. 8º Promoção é o ato pelo qual o membro do Magistério' Municipal tem acesso a cargo de classe, imediatamente superior, observado o princípio de antiguida de.
 - § 1º A antiguidade é determinada pelo tempo de efetivo' exercício no cargo do magistério na classe a que pertence, cabendo a promoção ao mais antigo.
 - § 2º O membro do magistério público municipal concorre a promoção, por antigüidade, a cada período de 05 (cinco) anos.
- Art. 9º A promoção se faz de classe a classe sucessivamente, a partir daquela em que o membro do magistério ingressa no Quadro de Carreira, fazendo jus a vantagem de 5% (cinco por cento).
- Art. 10 Fica prejudicado o acesso a cargo de classe imedia
 tamente sempre que o professor:
 - I somar duas penalidades de advertência;
 - II sofrer pena de suspensão disciplinar, mesmo que 'convertida em multa;
 - III completar 03 (três) faltas injustificadas ao servi
 co;
 - IV somar 10 (dez) atrasos de comparecimento ao serviço ou saídas antes do horário marcado para o término da jornada.
- § Único Sempre que ocorrer qualquer das hipóteses de in terrupção previstas no Parágrafo anterior, iniciase nova contagem para fins do tempo exigido para Promoção.
- Art. 11 Acarretam a suspensão da contagem do tempo para fins de promoção;
 - I as licenças e afastamentos sem direito a remuneração;
 - II as licenças para tratamento de saúde no que excede rem 90 (noventa) dias, mesmo que em prorrogação ex ceto as decorrentes de acidente de serviço;

AV. RIO BRANCO, 261



- III os afastamentos para exercício de atividades não 'relacionadas com o magistério.
- Art. 12 Os níveis constituem a linha de habilitação dos professores como segue:
 - Nivel Especial 1 (NE 1) 1º Grau Completo;
 - Nível Especial 2 (NE 2) 2º Grau Completo sem for mação especial para o Ma gistério;
 - Nível 1 (N 1) Habilitação Específica de Magistério de 2º Grau, com Estágio;
 - Nível 2 (N 2) Habilitação Específica de Magistério de Grau Superior, ao nível de graduação, representada por Licenciatura de 1º Grau obtida em Curso de Curta Duração;
 - Nível 3 (N 3) Habilitação específica de grau Superior ao Nível de Graduação repre sentada por Licenciatura Plena;
 - Nível 4 (N 4) Habilitação específica de Pós-Graduação obtida em Curso de aperfeiçoamento ou Especialização com duração mínima de Ol ano todos na área da educação ou com esta relacionados e correlatos à formação básica do membro do magistério.
- § Único A mudança de nível é automática e vigora a contar do mês seguinte aquele em que o interessado requerer e apresentar o comprovante de nova habilita ção, condicionado a existência de vaga.

TÍTULO III

DO REGIME DE TRABALHO

Art. 13 - O regime normal de trabalho de Professor é de 22
 (vinte e duas horas) semanais.

AV. RIO BRANCO, 261

168

- § 1º O professor pode ser convocado para trabalhar, em regime suplementar, até o máximo de 22 (vinte e duas) horas semanais, para substituir professores nos seus impedimentos legais, e nos casos de desig nação para exercício de direção de escola e supervisão ou orientação educacional.
- § 2º A convocação para trabalhar em Regime Suplementar, nos casos de substituição, só tem lugar após despacho favorável do Prefeito, em pedido fundamentado do Órgão responsável pelo ensino, no qual fique demonstrada a necessidade temporária da medida que não poderá ultrapassar 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
- § 3º Pelo trabalho em Regime Suplementar o professor percebe remuneração na mesma base de seu regime normal, observada proporcionalidade quando da convocação para período inferior a 22 (vinte e duas) horas semanais.
- § 4º Não pode ser convocado para trabalhar em Regime '
 Suplementar o professor que estiver em acumulação'
 de cargos, empregos ou funções públicas.

TÍTULO IV

DO QUADRO DO MAGISTÉRIO

- Art. 14 É criado o Quadro do Magistério Público do Município, que é constituído de cargos de Professor:
 - I N 1: 100 cargos;
 - II N 2: 30 cargos;
 - III N 3: 40 cargos;
 - IV N 4: 30 cargos.
- Art. 15 É criado o Quadro do Magistério Público, para o Cargo de Especialista de Educação (Supervisão Escolar e Orientação Educacional), enquadrados no Nível 3 Pedagogia Supervisão e/ou Orientação.



AV. RIO BRANCO, 261



Art. 16 - São diminuídos os cargos de Professor NE 1 e NE 2:

I - NE 1: de 50 para 29 cargos;

II - NE 2: de 21 para 04 cargos.

TÍTULO V

DO PLANO DE PAGAMENTO

CAPÍTULO I

DA TABELA DE PAGAMENTOS

Art. 17 - Os vencimentos dos cargos efetivos do Magistério '
Público Municipal, são os seguintes:

NÍVEIS HABILITAÇÃO	COEF. S/SAL. BÁSICO	SALÁRIOS-V <u>A</u> LORESKEM REAIS
NE 1	Básico	145,72
NE 2	9.09%	160,29
N 1	15.39%	189,44
N 2	13.33%	218,57
И З	9.10%	240,44
N 4	2.95%	247,73

^{*} Valores referentes ao mês de Novembro de 1994.

CAPÍTULO II

DAS GRATIFICAÇÕES

- Art. 18 O membro do Magistério Público Municipal faz jus a uma vantagem acessória no vencimento, tendo como referência a Classe "A" do Nível a que pertence , nas seguintes situações:
 - I Pelo exercício de Direção ou Vice-Direção de Unida de Escolar: 50%;
 - II Pelo exercício de função técnico-pedagógico: 30%;

AV. RIO BRANCO, 261

170

- III Pelo exercício em Escolas ou Classes de Educação ' Especial: 30%;
 - IV Pelo exercício de atividades em Escolas Unidocen tes com Classes Multisseriadas, no meio rural: 20%
- § 1º As Escolas Municipais com mais de 50 (cinquenta) a lunos, um professor é investido na função de Diretor e, nas Escolas, com mais de cem(100) alunos , um Diretor e um Vice-Diretor.
- § 2º Professor investido na Função de Diretor de Escola fica automaticamente convocado para trabalhar em regime suplementar de 11(onze) horas semanais, se' a unidade de ensino funcionar em um só turno, e de 22 (vinte e duas) horas semanais, se a unidade funcionar em mais de um turno.
- § 3º A convocação de que trata o parágrafo anterior não se aplica ao professor com acumulação de cargos.
- § 4º As gratificações constantes nos incisos destes parágrafos não podem ser acumuláveis entre si.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 19 As férias do membro do Magistério Público Munici pal são obrigatórias e tem a duração mínima de 30 (trinta) dias após Ol(um) ano de exercício profissional.
 - § 1º Além de férias normais concedidas a todos os mem bros do magistério, o professor com regência de classe goza recesso escolar, de acordo com o calendário fixado pela Secretaria Municipal de Educa ção, ressalvados os dias reservados para planeja mento pedagógico e treinamentos.
 - § 2º O professor ou especialista de educação nomeado aatravés de concurso público de provas e títulos ,

AV. RIO BRANCO, 261



somente goza férias após 12 (doze) meses de efetivo exercício no cargo.

- Art. 20 Entende-se por transferência o deslocamento a pedi dido ou por necessidade de serviço, ou por permuta do professor de uma para outra escola.
 - § 1º A transferência processa-se em época de férias escolares, salvo o interesse do ensino.
 - § 2º A transferência a pedido, somente é concedida, após O2(dois) anos de efetivo exercício numa mesma unidade escolar e condicionada a existência de vaga.
 - § 3º Na transferência a pedido é dada prioridade ao professor mais antigo do magistério, ao contrário a transferência por necessidade de serviço.
- Art.21 Cedência é o ato pelo qual o Chefe do Executivo coloca o professor a disposição de outro órgão, con soante art. 104 do Regime Jurídico Único.
- Art. 22 Os requerimentos dos Adicionais, Mudança de Clas se, Gratificação por Curso Superior, bem como a Mudança de Nível opera-se a partir desta data, quando deferidos, desde que verificada a existência de vagas.
- Art. 23 Os atuais professores concursados no Magistério Público Municipal são aproveitados nos cargos criados por esta Lei, distribuídos nas Classes de "A" a "F", correspondentes e no nível da habilitação que lhes corresponder.
 - § 1º O professor que não preencher os requisitos exigidos para o reenquadramento no presente Plano, passa para o Cargo em Extinção, regidos pela CLT, não se aplicando o que determina esta Lei.
 - § 2º O Quadro em Extinção, denominado Magistério em Extinção (ME) tem seu vencimento fixado nos valores' correspondentes ao Nível Especial 1 - Classe A.

AV. RIO BRANCO, 261

172

- § 3º O Regime Jurídico Único é aplicado ao Magistério Público Municipal, no que não conflitar com a presente Lei.
- Art. 24 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publica ção, revogando a Lei nº 1.322 de 19.07.91 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em Encruzilhada do Sul, 28 de dezembro de 1994.

ANTONIO CARLOS MOSQUITA PEREIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE DE PUBLIQUE-SE

DDILKA DE FREITAS SOARES

Secretária Municipal da Administração

ANA CLECY RODRIGUES Secretária Municipal de Educação